

24 OUT 1992

# Pacotão: O limite da tolerância

CARLOS MALDONADO

**A** cada dia que passa o Governo FH se assemelha mais a um império do que a uma república democrática. Desta vez, o "imperador" exagerou na dose: A título de diminuir o déficit público, gerado em grande medida por ele próprio, resolve economizar, mais uma vez, açotando os direitos e os minguados salários dos servidores públicos federais. Demite, extingue cargos vagos e proíbe a realização de concurso público, diminuindo o já defasado índice servidor/cidadão no Brasil.

Quando este Governo tomou posse, a maioria da população esperava dele medidas que fossem pautadas pela democracia e pelo respeito às instituições, além de demonstrar a qualidade esperada dos que têm sua origem na chamada "academia", ou seja, de que, com o fato de ter sido eleito um professor universitário, acabaria o amadorismo e o protecionismo típico dos que se locupletam eleitoralmente. Mas o que estamos assistindo é o oposto. De um lado, sempre há, e ao que parece haverá, dinheiro para salvar os empresários em apuros. O fato de se ter aumentado brutalmente o déficit público, através do socorro aos bancos e aos latifundiários, também parece não ser problema para o Governo. Nesses casos, sempre há negociação. Nesses casos, sempre há a chamada "vontade política".

Por outro lado, quando o interlocutor deixa de ser um proprietário de meio de produção para ser um simples trabalhador desaparece imediatamente a tal da "vontade política". Nem se fala, por exemplo, em negociação. Desde que FH tomou posse não se conseguiu ter um único processo que assim pudesse ser chamado, do início ao fim. Ao contrário, os poucos momentos que conseguimos obter de conversa com ministros e secretários, depois de muita insistência e enfrentamento, produziram acordos ou compromissos que foram todos, literalmente todos, desrespeitados. Enfim, podemos afirmar, sem medo de errar, que, desde 1982, o Governo mais autoritário em relação aos trabalhadores do serviço público é o atual.

Além de autoritário, o imperador também demonstra incompetência. Na pressa de reformar o Estado brasileiro, para parecer mais moderninho, o Governo não tomou os cuidados necessários a qualquer ajuste estrutural de um aparelho funcional que possui a tarefa de fazer acontecer as políticas públicas necessárias ao país.

Era de se esperar que a primeira tarefa do ministro da Administração e Reforma do Estado fosse a realização de um processo de dimensionamento do Estado brasileiro e dos profissionais que o compõem. Nada foi feito. Era de se esperar que as carreiras do serviço público fossem modernizadas de forma que os profissionais tivessem sua vida funcional adaptada. Nada foi feito. E tudo piora quando se empenha em terminar o trabalho de destruição iniciado por Collor, sem mudar uma única diretiva. Era de se esperar que se instalasse uma rotina de negociação para permitir a superação dos impasses. FH preferiu o enfrentamento. Era de se esperar o respeito à Constituição, às leis e aos direitos adquiridos. FH preferiu afrontar o Estado de direito e descumprir as leis, enfrentando inúmeros processos judiciais ao suposto cumprimento do juramento presidencial de defesa da Constituição. Mesmo depois de ser aconselhado pelos técnicos que participaram das discussões no Congresso Nacional sobre as reformas a não proceder de forma amadora, resolve apresentar uma reforma administrativa incapaz e inaceitável para qualquer pessoa séria, pois atende apenas aos desígnios dos órgãos financiadores internacionais.

Não bastasse tudo isso, apresenta um grotesco pacote de medidas que, além de não resolver o problema do déficit público, aumenta o caldeirão de tensão no serviço público federal. Os trabalhadores não assistirão calados a mais este ataque aos seus direitos, pois não somos responsáveis pelas mazelas da economia brasileira, já que quem governa há muito tempo são praticamente os mesmos, para os mesmos. E, mais do que isso, não é possível que o sacrifício seja imposto apenas aos trabalhadores.

Notamos, entretanto, um especial destaque neste pacote para as universidades federais. Não se trata de um destaque elogioso. Ao contrário, a autonomia universitária, consagrada no art. 207 da Constituição, é definitivamente vilipendiada. Os reitores, que até há algum tempo eram gestores de instituições estratégicas, passam a ser verdadeiros auxiliares de escritório do ministro Bresser Pereira, cabendo-lhes apenas a execução das ordens palacianas. Para se ter uma idéia, dezenas de milhares de cargos das universidades serão extintos, isso sem levar em conta as medidas de demissão. O mais grotesco é que o próprio MEC, em estudo recente, demonstrou haver déficit de pessoal nas universidades. Ora, se já falta gente e milhares sairão, o que acontecerá com a universidade brasileira? Fechará? Isso interessa à população? E olha que o presidente é professor universitário.

CARLOS MALDONADO é coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra).